

guada en nuestro alto Medievo, y que el documento real sólo nos es conocido por su copia de principios del siglo XIII en el Tumbo de Celanova<sup>35</sup>, de texto bastante mendoso<sup>36</sup> o por una confirmación de Alfonso IX<sup>37</sup> el 7 de marzo de 1226, que muy bien puede depender del dicho Tumbo creemos más probable un error en la datación.

Si estuvieran publicados todos los diplomas del reinado de Fernando I quizá se pudiera hacer luz alrededor de la fecha verdadera del diploma de Celanova, pues además del rey lo suscriben Cresconio, obispo de Iria, la reina Doña Sancha, cuatro de los cinco infantes: Sancho, Alfonso, Urraca y Elvira; el desplazamiento de toda la familia real hasta Galicia no sería acontecimiento que se repitiera todos los años y por ese viaje podría fecharse exactamente el documento.

GONZALO MARTÍNEZ DíEZ, S. I.  
*Universidad de Madrid*

<sup>35</sup> Archivo Hist. Nacional, Tumbo de Celanova, f. 7 v.  
<sup>36</sup> Así lo dice Serrano y Sanz, describiendo el Tumbo de Celanova al publicar los documentos del mismo, en «Rev. Cienc. Juríd. Soc.», XII (1929), págs. 9-47 y 412-524.  
<sup>37</sup> L. SÁNCHEZ BELDA, *Documentos reales de la Edad Media referentes a Galicia*, número 548, pág. 245.

## OS CARTÓRIOS DOS MOSTEIROS BENEDITINOS NA DIOCESE DO PORTO \*

É vulgar afirmar-se que a história da Idade Média não se pode fazer sem conhecer bem a história dos mosteiros. Com esta afirmação reconhece-se implicitamente a enorme influência social, económica e política que os monges exerceram durante séculos. Mas nem sempre se pensa noutra causa daquela relação tão estreita entre a história geral e a história monástica; queremos-nos referir ao modo como chegou até nós a maioria dos documentos medievais, sobretudo antes de 1200. Com efeito eles provêm na sua quase totalidade de instituições eclesiásticas, e em particular dos mosteiros.

Embora nem todos os documentos conservados pelos mosteiros e outras instituições eclesiásticas digam respeito apenas a essas instituições —pois os cartórios conservaram quantidades apreciáveis de contratos puramente civis, quer respeitantes a propriedades que o mosteiro veio depois a adquirir, quer legados por benfeitores, quer confiados à guarda dos monges por leigos pouco habituados a lê-los—, mesmo os de carácter simplesmente civil sofreram a marca do modo como nos foram transmitidos, e não

\* Abreviaturas usadas neste artigo:

- ADP — Arquivo Distrital do Porto.  
AUC — Arquivo da Universidade de Coimbra.  
BMP — Biblioteca Municipal do Porto.  
BNL — Biblioteca Nacional de Lisboa.  
CR — Corporações Religiosas (do Arquivo Nacional da Torre do Tombo).  
Col. Esp. — Coleção Especial (ibidem).  
DC — *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867.  
Diss. — J. P. RIBEIRO, *Dissertações Chronologicas e Críticas*, Lisboa, 1810-1836.  
DHP — *Documentos para a História Portuguesa*, publicação da Academia das Ciências, começada a imprimir mas não completada nem editada por causa dos seus numerosos erros.  
DP — *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, III, Lisboa, 1940.  
DR — *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, I, Lisboa, 1958.  
Elucidário — Fr. Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*, Lisboa, 1865.  
Memória V — A. C. do AMARAL, *Memória V para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, Ed. M. LOPES DE ALMEIDA, Porto, 1945.  
TT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

se pode prescindir dessa circunstância na sua interpretação. Ter, pois, em vista tal origem, conhecer os usos e costumes desses mosteiros, é, sem dúvida alguma, condição indispensável para poder recolocar os documentos no meio que os produziu ou os guardou, e portanto para os interpretar correctamente, e para deles tirar tudo quanto nos podem dizer. Pelo contrário, estudá-los independentemente do modo como chegaram até nós, é caminho aberto para os equívocos e interpretações duvidosas.

No entanto foi esta atitude que se tomou em Portugal, com mais ou menos atenuantes, quase sem excepções, desde a extinção das Ordens Religiosas (1834). Mas neste ponto os primeiros culpados são os arquivistas públicos de então e de todas as gerações que se lhes seguiram, os quais não só desprezaram as relações criadas pelo documento com o seu cartório de origem, do ponto de vista crítico, mas até prejudicaram gravemente o trabalho dos historiadores que se preocuparam com tal pormenor, misturando os pergaminhos monásticos uns com os outros e classificando-os cronologicamente. Estes arquivistas esqueciam que a melhor pista para o bom conhecimento de um documento é o modo como ele foi utilizado na vida prática pelos seus detentores. Assim se obrigou, por exemplo, os editores de documentos medievais a um difícil trabalho de identificação de topónimos que estavam identificados há muito nos cartórios de origem<sup>1</sup>; assim se separaram grupos documentais que formavam conjuntos cujas peças são incompreensíveis isoladamente; assim se destruiu de um só golpe o trabalho de gerações e gerações de monges que tinham arrumado pacientemente os seus pergaminhos e se serviam ainda deles à data da extinção para provar os seus direitos materiais.

Nestas condições, reconstituir a arrumação primitiva dos cartórios, através, sobretudo, dos antigos índices, quando eles ainda existem, é, portanto, o primeiro trabalho que tem de fazer quem precisa de estudar a vida de qualquer mosteiro ou cabido durante a Idade Média e nos Tempos Modernos<sup>2</sup>. Tanto mais que o princípio básico da arquivologia mo-

<sup>1</sup> Queremo-nos referir à identificação de topónimos nos DP e DR. Quanto aos editores dos DC, nem sequer ousaram tentar esta identificação, ou contentaram-se em apontuezar ou modernizar as formas que nos documentos aparecem em latim ou português arcaico. Não é de admirar que, com este método, os editores dos DC tenham algumas vezes errado a sua interpretação.

<sup>2</sup> Não queremos dizer que todas as interpretações ou leituras de documentos antigos feitas pelos organizadores dos cartórios monásticos, e em particular os sumários dos índices, estejam isentos de erros. Todavia encontram-se também índices verdadeiramente modelares, como os de Fr. António da Assunção Meireles e os de Fr. Bento de Santa Gertrudes. Além disso, mesmo com tais erros, os cartórios dos séculos XVII e XVIII conheciam geralmente bem as propriedades do seu mosteiro, e estavam mais aptos a identificar topónimos dessa região do que nós. Tais índices, mesmo errados, poderiam também ajudar os investigadores, que actualmente dispõem de pouquíssimos inventários de fundos conventuais dos arquivos públicos,

derna é exactamente o respeito pelas classificações antigas. Elas revelam-se, em geral, as mais adequadas na prática, e aquelas que permitem uma recolha mais segura e mais completa das fontes, não apenas em função dos fins jurídicos que presidiam à arrumação dos antigos cartórios, mas até em função da história. E quando a classificação antiga se mostra demasiado inadequada, há sempre meio de lhe suprir os defeitos com fichas e índices remissivos.

O princípio do respeito pelos fundos antigos não foi observado pelos arquivistas de 1836 no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>3</sup>: recolheram-se cartórios conventuais de todas as espécies e tentou-se organizar uma grande série de documentos avulsos dividida em três partes: actos pontifícios e eclesiásticos mais importantes, diplomas régios e documentos particulares. Dentro de cada uma destas séries as espécies foram classificadas simplesmente por ordem cronológica. Ficaram assim arrumados os documentos mais importantes provenientes dos distritos de Lisboa, Santarém e Leiria. Aqueles que foram considerados sem grande interesse histórico, foram deixados pelos arquivistas da Torre do Tombo nos seus fundos de origem.

Mais tarde outros documentos anteriores a 1279 foram, por iniciativa de Alexandre Herculano, transferidos dos distritos onde tinham sido primeiro recolhidos, e formaram na Torre do Tombo a segunda parte da Colecção Especial, conservando, desta vez, na sua maioria, indicação das respectivas proveniências. Ainda por iniciativa de Herculano, foram recolhidos, em várias remessas sucessivas, a partir de uma lei de 1862 que obrigava a recolher no Arquivo Nacional todos os documentos anteriores a 1600, muitos diplomas isolados, que se arrumavam geralmente na secção Corporações Religiosas, conforme a data da incorporação. Finalmente, outras remessas até 1912 vieram aumentar a indescritível confusão

e de raríssimos registos em que se dê o sumário de cada documento. Se os cartórios antigos estivessem arrumados como no mosteiro de origem, o respectivo índice seria um esplêndido auxiliar de trabalho para os investigadores. Na impossibilidade de modificar a ordem actual, seriam de grande interesse trabalhos de reconstituição dos antigos cartórios, à base dos índices conservados, como o que M. dos Santos ESTEVENS realizou para o mosteiro de S. Marcos: *Index dos Títulos do Cartório do Mosteiro de S. Marcos (1766-1834)*, Coimbra, 1950. Sobre o espírito que normalmente presidia à organização dos antigos cartórios monásticos, ver J. P. RIBEIRO, *Observações Históricas e Críticas para servir de Memórias ao Systema da Diplomática Portuguesa*, Lisboa, 1798, págs. 42-58.

<sup>3</sup> Na TT não se respeitou, em geral, o princípio do respeito pelo fundo, colocando as remessas do mesmo cartório em lugares diferentes. No AUC os pergaminhos foram arrumados em séries, por séculos ou por critérios externos (sêlo, tamanho, etc.), e dentro de algumas séries por proveniências (cf. G. PEREIRA, *Catálogo dos Pergaminhos do Cartório da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1880). No ADP respeitaram-se os fundos no seu conjunto, mas nem sempre se mantiveram agrupadas as diversas séries que os constituíam: por vezes misturaram-se livros de prazos com livros de contas, vedorias com sentenças, etc.

que já reinava na Torre do Tombo, até que em 1917 foi fixado definitivamente o princípio da descentralização dos arquivos públicos portugueses<sup>4</sup>.

Nestas condições, quem quiser recolher a documentação existente a respeito de um determinado mosteiro, tem de procurar pelo menos no Arquivo público do respectivo distrito e nos diversos fundos encorporados sucessivamente na Torre do Tombo. Isto sem contar com as transferências anteriores a 1834. Esta busca torna-se ainda mais difícil por falta de inventários completos e sistemáticos. Resolver este problema pelo que diz respeito aos mosteiros beneditinos da diocese do Porto, eis o que tencionamos fazer nestas notas. Antes de abordar o nosso tema, temos de fazer algumas advertências preliminares quanto às intenções que determinaram tal busca, quanto aos limites da diocese do Porto e quanto aos mosteiros cujos cartórios se procurarão estudar.

Em primeiro lugar a busca que fizemos tinha por fim reunir material para estudar a história dos mosteiros beneditinos da diocese do Porto durante os séculos XI e XII. Não pretendemos, portanto, reconstituir os diversos cartórios na sua totalidade, mas apenas na parte que continha documentos daquela época. Nestas condições não nos pareceu ter interesse a individuação das espécies, por cotas antigas ou modernas, mas sobretudo indicar onde se encontram actualmente os diversos núcleos. Completamos estas indicações com referências aos documentos perdidos para dar uma ideia do estado de conservação dos cartórios; e com referências aos documentos já publicados, para ajuda dos investigadores.

A diocese do Porto, que escolhemos como sector geográfico a explorar, teve sempre como limite norte o rio Ave. Variaram, porém, desde o princípio do século XII os seus limites orientais e meridionais. Os primeiros, apesar de indicados por uma bula de Calixto II (1120)<sup>5</sup>, como indo até uma linha que vai desde a foz do rio Banduge, afluente do Corgo, até ao arco de Pombeiro, na margem do Vizela, não passaram nunca, na prática, até 1882, para lá das antigas terras de Refojos, Aguiar, Meinedo, Gouveia, Baião e Penaguião (todas da diocese do Porto)<sup>6</sup>. Não incluiremos, pois, nestas notas os mosteiros de Arnoia, Pombeiro

<sup>4</sup> As vicissitudes dos cartórios conventuais secularizados, entre 1834 e 1917 foram expostas por C. ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, 1927, na introdução. Esta introdução foi traduzida para português e ligeiramente adaptada pelo Autor em *A Secularização dos Arquivos da Igreja em Portugal*, «Anais das Bibliotecas e Arquivos», sér. II, t. 8 (1927), págs. 48-57. Quanto à remodelação da Col. Esp. da TT, ver: R. de AZEVEDO, *A Coleção Especial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, «Revista Portuguesa de História», 3 (1947), págs. 5-25.

<sup>5</sup> *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, 1924, págs. 3-5.

<sup>6</sup> A. de Jesus da COSTA, *O Bispo D. Pedro e a Organização do Diocese de Braga*, I, Coimbra, 1959, pág. 113.

e Travanca, apesar de mencionados na bula de Calixto II como pertencentes ao Porto.

Quanto aos limites meridionais, tomamos como tais os fixados pela bula *Provisionis nostrae* de Inocêncio IV (12 de setembro de 1253), e que são os rios Feveros e Antuã<sup>7</sup>. Estes limites foram mais tarde modificados com a criação da diocese de Aveiro em 1774, extinta em 1881 e restaurada em 1938<sup>8</sup>. Por esta razão deixamos de lado o mosteiro de Arouca, pertencente hoje à diocese do Porto.

Dentro de tais limites situam-se os seguintes mosteiros, que seguiram com certeza a regra de S. Bento: S. Miguel de Bostelo (concelho de Penafiel), S. Pedro de Cete (c. de Paredes), S. Martinho de Cucujães (c. de Oliveira de Azeméis), S. Salvador de Mosteiró (c. de Vila do Conde), S. Salvador de Paço de Sousa (c. de Penafiel), S. Pedro de Pedroso (c. de Vila Nova de Gaia), S. João Baptista de Pendorada (c. de Marco de Canavezes), S. Cristóvão de Rio Tinto (c. de Gondomar), Santo Tirso (c. de Santo Tirso), S. Salvador de Tuíás (c. de Marco de Canavezes), S. Salvador de Vairão (c. de Villa do Conde), S. Salvador de Vila Cova de Sandim (c. de Vila Nova de Gaia). Além destas casas, todas fundadas durante a Idade Média, houve dois mosteiros beneditinos na cidade do Porto, um de monges em S. Bento da Vitória, do qual não nos ocuparemos por ter sido fundado no fim do século XVI, e outro de monjas em S. Bento da Avé-Maria, que temos de estudar porque nele foram encorporados os antigos mosteiros, atrás mencionados, de Rio Tinto, Tuíás e Vila Cova de Sandim (além do de Tarouquela, fora da diocese).

Podem-se ainda mencionar mais cinco mosteiros que talvez tivessem professado a Regra de S. Bento: Santa Maria de Jazente (c. de Amaranate), S. Salvador de Leça (c. de Matosinhos), S. Cristóvão de Refojos de Riba de Ave (c. de Santo Tirso), S. Martinho de Soalhães (c. de Marco de Canavezes), Santa Eulália de Vandoma (c. de Paredes)<sup>9</sup>. No entanto não é necessário, para o fim que nos interessa, resolver o problema da sua observância, visto que os seus cartórios desapareceram quase totalmente por terem sido extintos antes do século XVI. Exceptua-se apenas

<sup>7</sup> Até ao governo do bispo D. Hugo (1112?-1136) a diocese do Porto não passava além do rio Douro. Foi com este bispo que o território entre o Douro e o Antuã começou a ser disputado à diocese de Coimbra, e governado de facto pelo bispo portuense, ainda antes da decisão definitiva de Inocêncio IV. Ver toda a história desta controvérsia em Mons. M. de OLIVEIRA, *Os Territórios Diocesanos. Como passou para o Porto a Terra de Santa Maria*, «Lusitania Sacra», 1 (1956), págs. 29-44.

<sup>8</sup> M. de OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1958<sup>3</sup>, págs. 311, 362.

<sup>9</sup> Ver a lista de mosteiros portugueses anteriores ao século XII, publicada por M. de OLIVEIRA, *As Paróquias Rurais Portuguesas*, Lisboa, 1950, págs. 183-206.

o mosteiro de Leça, cujo fundo documental foi incorporado no mosteiro da Vacariça, de que dependia, e este no cartório da Sé de Coimbra, à qual foi anexado em 1094 (DC 813). A maior parte dos documentos de Leça conserva-se copiada no célebre *Livro Preto* da Sé de Coimbra e foi publicada nos *Diplomata et Chartae*. Se algum documento ficou em Leça, que passou à Ordem dos Hospitalários em 1122-1128<sup>10</sup> devia ter-se perdido depois da transferência do respectivo cartório para a Flor da Rosa, e aí destruído durante as guerras da Restauração, em 1622<sup>11</sup>. Dos mosteiros seguramente beneditinos temos de excluir o de Mosteiró, pela mesma razão: extinto durante a Idade Média, e incorporado no de Rio Tinto, apenas se conhece dele um documento conservado no cartório deste mosteiro, anexado ao da Avé-Maria do Porto<sup>12</sup>.

Pelo que diz respeito à conservação dos cartórios podemos dividir os mosteiros citados em três grupos:

1) Cete e Pedroso, extintos no século XVI e anexados, o primeiro ao Colégio da Graça de Coimbra (Eremitas de Santo Agostinho), e o segundo ao Colégio de Jesus da mesma cidade (Companhia de Jesus). Tanto uma instituição como a outra conservaram muitos documentos de ambos os mosteiros, mas levaram-nos para Coimbra, onde estavam à data da extinção das Ordens Religiosas (1834).

2) Bostelo, Cucujães, Paço de Sousa, Pendorada e Santo Tirso: existiam ainda em 1834 como mosteiros beneditinos, e portanto os seus arquivos deviam, em princípio, ter sido incorporados na respectiva sede de distrito, o Porto.

3) Rio Tinto, Tuíás, Vila Cova de Sandim e Vairão: os três primeiros foram anexados a S. Bento da Avé-Maria no Porto, cujos bens foram expropriados, como os de Vairão e os de todas as comunidades femininas, depois da morte da última religiosa. Os seus cartórios passaram parcialmente para a posse do Estado em meados do século XIX e o restante à data da confiscação definitiva dos bens materiais.

<sup>10</sup> R. de AZEVEDO, DR I, notas, págs. 558-560.

<sup>11</sup> Ibid., pág. 558. Ver outras indicações sobre o antigo cartório de Leça em ERDMANN, *Papsturkunden*, págs. 94-100; e em R. de AZEVEDO, *Algumas Achegas para o Estudo das Origens da Ordem de Malta em Portugal*, «Revista Portuguesa de História», 4 (1949), pág. 322.

<sup>12</sup> Documento sem data do fim do século XII ou princípio do seguinte, publicado nos DHP, 12.

## I. MOSTEIROS SUPRIMIDOS NO SÉCULO XVI

### Cete

O mosteiro de Cete, fundado talvez no século X, foi anexado, como já dissémos, ao Colégio da Graça de Coimbra, pertencente aos Eremitas de Santo Agostinho, em 1551<sup>13</sup>. A mesma sorte sofreram os mosteiros de Landim e de S. Simão da Junqueira, de Cónegos Regrantes<sup>14</sup>. Com tal incorporação passaram parte dos documentos de Cete, juntamente com os de Landim e de S. Simão da Junqueira, para o Colégio da Graça em Coimbra, e aí se conservaram, provavelmente, em núcleos distintos<sup>15</sup> até 1834. O núcleo documental proveniente de Cete e conservado em Coimbra era constituído, na sua maioria, por peças anteriores ao século XVI, pois as citações de documentos medievais de Cete feitas por eruditos do século XVIII dão-nos sempre como existentes em Coimbra e não em Cete. Todavia uma parte da documentação ficou no mosteiro de origem. Só assim se pode explicar o facto de esta se conservar parcialmente no Arquivo Distrital do Porto.

Com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, o cartório do Colégio da Graça passou ao Arquivo da Universidade de Coimbra, donde, por iniciativa de Herculano, foi transferido para a Torre do Tombo, em 1856, um grupo de documentos mais antigos, que se guardou até 1939 na secção «Colecção Especial, Parte II», caixa 40. Nesta data tais documentos foram separados conforme as respectivas origens e colocados num fundo especial da secção «Corporações Religiosas». Na mesma altura juntaram-se ao fundo de Cete assim constituído, outros documentos do mesmo mosteiro que se encontraram misturados com pergaminhos de Santa Cruz de Coimbra na secção do «Depósito» da Torre do Tombo<sup>16</sup>. É possível que estes últimos documentos de Cete tenham sido juntos aos de Santa Cruz (com outros de S. Simão da Junqueira) já depois da secularização, e fossem enviados juntamente para Lisboa numa das remessas posteriores a 1862. Disso nos convence o facto de terem sido encontrados na secção «Depósito», constituída normalmente por certas remessas deste período, e ainda a péssima arrumação dos documentos no

<sup>13</sup> *Corpo Diplomático Português*, VII, págs. 7-8.

<sup>14</sup> R. de AZEVEDO, *A Colecção Especial*, pág. 18.

<sup>15</sup> Com efeito os eruditos do século XVIII citavam-nos ordinariamente referindo o cartório de origem e não apenas o cartório do Colégio da Graça.

<sup>16</sup> Ver a descrição destes trabalhos em R. de AZEVEDO, *A Colecção Especial*, págs. 17-19.

Arquivo de Coimbra, que foi descrita por J. J. da Costa de Macedo em 1854<sup>17</sup>.

Actualmente, porém, além dos documentos mais antigos de Cete, agrupados em fundo próprio por Rui de Azevedo, todos anteriores ao século XIII, existem outros núcleos na Torre do Tombo: Comp. 15, est. 80, prat. 7; comp. 19, est. 9, prat. 1; comp. 19, est. 11, prat. 6; comp. 25, est. 78, prat. 5 e 5A. Destes núcleos o maior é o último, com três caixas.

No Arquivo da Universidade de Coimbra ficaram também alguns documentos, mas não pudemos fazer nenhum inventário sumário do seu conjunto. Alguns livros de carácter arquivístico do Colégio da Graça encontravam-se antigamente na sala B, est. XXII, tabs. 3 e 4 (48 códices), mas nenhum parece ter interesse para a história de Cete<sup>18</sup>.

Os documentos modernos encorporados no Arquivo Distrital do Porto formam um fundo à parte da secção «Conventos Masculinos». São setenta volumes, dos quais sessenta e dois de prazos, quatro do tombo, e os restantes de carácter administrativo, excepto o n. 58 (foral) e o n. 59 (documentos avulsos).

Além destes documentos vindos de Cete, devem, provavelmente, ter sido destruídos num incêndio os que ainda ficaram no mosteiro, depois de comprado por um particular em meados do século XIX<sup>19</sup>.

Com estes elementos podem-se reunir bastantes documentos do cartório de Cete anteriores à sua anexação ao Colégio da Graça. Os pergaminhos estavam cosidos em cadernos, dos quais alguns foram desmembrados para arrumar por ordem cronológica (no Suplemento da «Colecção Especial» e no comp. 25, est. 78, prat. 5 e 5A), outros ainda conservam a forma primitiva (no comp. 15, est. 80, prat. 5): o maço 2º de Doações e Desistências; e os maços 1º, 8º e 9º de Prazos. Todavia, como não existe, que eu saiba, índice do cartório, é difícil reconstituir a ordem primitiva.

Sem o índice também não é possível saber se há muitos diplomas perdidos; temos conhecimento pelo menos de um, a carta de couto de D. Teresa, em pública-forma de 1335, de que há uma cópia nos *Docu-*

<sup>17</sup> *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Ciências Morais, sér. I, pt. I, 1854, pág. 26, cit. por ERDMANN, *A Secularização dos Arquivos*, pág. 50.

<sup>18</sup> Em G. PEREIRA, *Catálogo dos Pergaminhos do Cartório da Universidade de Coimbra*, Coimbra 1880, não aparece referência alguma a pergaminhos provenientes de Cete. Ignoramos, porém, se este inventário é exaustivo.

<sup>19</sup> Esta informação foi-nos dada pessoalmente pelo actual proprietário do Mosteiro de Cete, Sr. Francisco Pinto Basto, sobrinho-neto do seu comprador. Foi em vida do seu primeiro proprietário que se deu o incêndio.

*mentos para a História Portuguesa*, n. 133, com a data errada de 1112<sup>20</sup>. Causa todavia bastante estranheza não subsistir um único pergaminho desde 1157 até ao fim do século XII. Como se verá pela lista que damos adiante, também são poucos os documentos anteriores a 1157, o que não deixa de surpreender, sendo o mosteiro tão antigo. Além disso observamos que não se encontra no cartório um único acto em que a comunidade não venha mencionada expressamente. Isto faz pensar que o cartório tenha perdido muitos dos seus elementos ainda antes de 1834, e em particular que fossem destruídos, por parecerem inúteis, todos os documentos em que não aparecesse o nome do mosteiro.

Os documentos anteriores a 1100 estão publicados nos DC, 9, 27, 146, 373, 542, 547; entre 1101 e 1115 nos DP III 66, 142, 501<sup>21</sup>, 517; posteriores a 1115 em DR I 58, 134; e em DHP n. 150. A estes documentos talvez se possa acrescentar o DC 558, que veio do Colégio da Graça e foi classificado pelo Dr. Rui de Azevedo como pertencente ao mosteiro de Campanhã; com efeito o mosteiro de Rio Tinto, a que o documento se refere, pertenceu, ao menos durante algum tempo, ao padroado de Cete, por doação de Unisco Dias (DC 542 de 1077).

Estão inéditos, além de todos os actos posteriores a 1115 conservados na Torre do Tombo (Suplemento da Colecção Especial, Cete), com excepção dos editados em DR I e em DHP, dois pergaminhos, de 1077 (CR, Cete, maço I, doc. 7, truncado) e de 1099 (ibid., maço I, doc. 8), que escaparam à busca feita pelos editores dos *Diplomata et Chartae*.

### Pedroso

O mosteiro de Pedroso, cuja primeira notícia é de 1046<sup>22</sup>, foi anexado ao Colégio de Jesus em Coimbra, em 1560<sup>23</sup>. Os respectivos documentos, que eram muitos, foram transferidos para Coimbra em data desconhecida, e depositados no cartório da Fazenda da Universidade, depois da extinção da Companhia de Jesus em Portugal, em 1759<sup>24</sup>. Aí foram consultados pelos eruditos do século XVIII, em particular por João Pedro Ribeiro. Desses documentos, cinquenta e quatro maços foram para a Torre do Tombo em 1817, em virtude de uma portaria de 11 de julho de 1814<sup>25</sup>.

<sup>20</sup> Cf. DR I 58.

<sup>21</sup> Cópia com data errada, corrigida por R. de AZEVEDO nos DR I, notas, pág. 572.

<sup>22</sup> Documento publicado nas *Diss.*, I, doc. n. 15.

<sup>23</sup> *Corpo Diplomático Português*, VIII, págs. 483-488.

<sup>24</sup> Sobre a organização do cartório da Fazenda da Universidade, no fim do século XVIII, ver J. P. RIBEIRO, *Observações Históricas e Críticas*, págs. 37-40.

<sup>25</sup> J. M. da Silva MARQUES, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Index indicum*, «Ethnos», I (1935), pág. 189. O inventário feito nesta ocasião e aqui citado parece estar

Os documentos medievais anteriores a 1279 só em 1856 deram entrada no Arquivo Nacional, juntamente com outros de Roriz e de S. Jorge de Coimbra, mosteiros de Cónegos Regrantes, incorporados, o primeiro totalmente, e o segundo em parte, no Colégio de Jesus<sup>26</sup>. Não poucos ficaram ainda em Coimbra, no Arquivo da Universidade, com alguns maços de documentos avulsos do século XIII ao XVI, cujos sumários foram publicados em 1880 por Gabriel Pereira<sup>27</sup>. Quarenta e quatro livros de prazos, um tombo e cinco livros de contas ficaram no Arquivo Distrital do Porto, vindos de Pedroso e não do Colégio de Jesus. Outros documentos do época jesuítica ou imediatamente anteriores foram parar ao Arquivo Nacional e arrumados no comp. 25, est. 54, prat. 1 (nove caixas). Talvez sejam os cinquenta e quatro maços que aí deram entrada em 1817, e de que não conseguimos encontrar o inventário.

O cartório de Pedroso, bastante rico em documentos anteriores a 1200 (quatro maços na TT, CR, Pedroso), parece ter sido guardado cuidadosamente desde o século XVI. Ainda antes da anexação à Companhia de Jesus, foi examinado e arrumado pelo Dr. João de Barros, a pedido de Cardeal Infante D. Afonso, então comendatário do mosteiro<sup>28</sup>. Não muitos anos mais tarde, provavelmente, arrumado de novo pelo P. Diogo Veloso S. J.<sup>29</sup>. Depois de incorporado na Fazenda da Universidade foi estudado por João Pedro Ribeiro, que chegou a fazer sumários detalhados para cada um dos documentos, elaborados em verbetes e transcritos no reverso dos pergaminhos<sup>30</sup>. Todavia, na falta de um índice completo, ficamos sem saber se perderam muitos documentos nas diversas arrumações e transferências.

actualmente perdido. Foi impossível encontrá-lo quando tentámos consultá-lo. Já antes desta data, em 12 de Novembro de 1802, tinham sido mandados recolher à Torre do Tombo 630 documentos de Pedroso, de que se chegou a fazer um inventário, mas parece que esta ordem não foi cumprida (G. PEREIRA, *Catálogo dos Pergaminhos*, pág. 9).

<sup>26</sup> R. de AZEVEDO, *A Coleção Especial*, págs. 17-18.

<sup>27</sup> Sumariados com o auxílio dos verbetes de J. P. Ribeiro por G. PEREIRA, *Catálogo dos Pergaminhos*, segundo o qual se encontram documentos de Pedroso do séc. XIII na gav. 7 (págs. 41-44); do séc. XIV na gav. 8 e 9, maços 2 a 5 (págs. 48-60); do séc. XV na gav. 11, maço 5 (págs. 68-72); e do séc. XVI na gav. 16, maço 8 (págs. 85-88). Além destes documentos agrupados, encontram-se outros dispersos na gav. 22 (1.<sup>a</sup> Col. Esp., n. 2 a 5) gav. 23 (2.<sup>a</sup> Col. Esp., n. 2, 7, 9, 12, 14, 15, 17, 31), gav. 26 (4.<sup>a</sup> Col. Esp., n. 4, 12) e no Suplemento, docs. n. 1, 2 (=DC 745), 9. Existem também vários maços de documentos em papel no AUC, Sala D, Est. XLIV, tab. 3, n.º 10, 11; *ibid.*, tab. 4, n.º 9 a 12.

<sup>28</sup> Manuel Severim de FARIA, *Notícias de Portugal*, Lisboa 1740<sup>2</sup>, pág. 251; cf. João de BARROS, *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Porto, 1919, págs. 41-42.

<sup>29</sup> R. de AZEVEDO, *A Coleção Especial*, págs. 19-20.

<sup>30</sup> *Ibid.*, pág. 17; G. PEREIRA, *Catálogo dos Pergaminhos*, pág. 9.

Estão publicados os seguintes documentos: anteriores a 1100: DC 12, 151, 216, 220<sup>30a</sup>, 243, 257, 261, 268, 356, 370, 378, 384, 394, 399, 425, 463, 504, 513, 535, 549, 550, 552, 563, 565, 567, 575, 589, 599, 628, 674, 694, 739, 745, 766, 870, 933<sup>30b</sup>; de 1101 a 1115: DP III 7, 44, 95, 98, 99, 104, 126, 151, 201, 238, 260, 289, 300, 405, 409, 410, 457, 461, 488, 493, 510, 514; posteriores a 1115: DR I 34, 46, 49, 93; DHP 158, 163, 171, 177 (= *Diss.* I, n. 39).

Encontrámos referências aos seguintes documentos perdidos: *Diss.* I, doc. n. 15 de 1046 (que não foi reproduzido nos DC); *Memória IV*, pág. 218, nota 285, de 1088; DR I, p. 520, n. 30, de 1129; *Elucidário*, vb. Terra de Pagons de 1139 (talvez a atribuição ao cartório de Pedroso seja um lapso; o documento refere-se a Santa Cruz); *Diss.* III-I, n. 643, de 1198. O DC 745, de 1090, cujos editores usaram uma cópia do século XVIII, da Academia das Ciências, por julgarem o original perdido, está no AUC e é citado por G. PEREIRA no seu *Catálogo*, pág. 114.

Citemos também alguns documentos provenientes de outros cartórios, mas que se referem a Pedroso: *Livro Preto*, f. 208, de 1103 (publicado nos DP III 98); *Diss.* III-I, n. 654 = *Diss.* IV-II, pág. 148 (proveniente do cartório de Santo Tirso e perdido); TT, CR, Arouca, caixa 14, doc. 220, de 1199.

Encontram-se inéditos todos os documentos posteriores a 1115, com excepção dos régios e dos indicados acima, todos eles existentes na TT, CR, Pedroso, maço II, doc. 22 e seguintes. E ainda um documento de 1040, do AUC citado por G. PEREIRA (*Catálogo dos pergaminhos*, pág. 113); e dois da TT, CR: um de 1031 ou 1026 (XIII k. apr. E. LXVIII ou E. LXVIII), contendo dois actos quase completamente ilegíveis (maço I, doc. 35); outro do século XI, sem data, nas mesmas condições (*ibid.*, doc. 36).

## II. MOSTEIROS MASCULINOS EXTINTOS EM 1834

### Bostelo

O cartório do mosteiro de Bostelo, fundado antes de 1065, devia, normalmente, encontrar-se no Arquivo Distrital do Porto. Porém só lá existem noventa e um livros de prazos e nove livros de contas. Os documentos do cartório propriamente dito foram levados pelo último abade

<sup>30a</sup> Documento de 1063 e não de 1013, conforme se verifica pelo estudo das testemunhas.

<sup>30b</sup> Documento de 1200 e não de 1100; ver TT, CR, Pedroso, m. 3, doc. 25 e m. 4, doc. 36.

do mosteiro para casa de sua família depois das leis de secularização. Aí ficaram, na casa do Outeiro (S. Cristóvão de Nogueira, concelho de Louzada) até 1952, data em que o seu proprietário, Dr. Manuel de Sousa Guedes, o restituiu aos monges beneditinos do mosteiro de Singeverga.

Junto ao cartório estava o respectivo índice, elaborado por Fr. António da Assunção Meireles, e todos os documentos, com excepção de uma dezena, tinham a sua cota. Com tais elementos, embora o índice esteja incompleto, foi possível reconstituí-lo na arrumação primitiva. Eis os títulos das diversas gavetas e o seu conteúdo sumário:

1. Doações, mandas e testamentos.
2. Cartas de compra e venda.
3. Cessão de bens, escambos, contratos, arrematações, etc.
4. Prazos (agrupados por freguesias; numeração seguida).
5. Sentenças.
6. Letras pontificias.
7. (Documentos e índice desaparecidos).
8. Couto.
9. Igrejas em geral e igreja do mosteiro de Bostelo.
10. Igrejas de S. Martinho de Milhundos e de Sta. Marta.
11. Igrejas de S. Pedro da Croca e de S. Salvador de Novelas.
12. Igrejas de Recezinhos e de Arrifana.
13. Igrejas de Ataíde e de Nespereira.
14. (Igrejas restantes?)<sup>31</sup>.
15. Miscelânea.

Antes de ordenado por Fr. António Meireles o cartório tinha sido arrumado em 1740, e ainda existem dois exemplares do índice elaborado nesse ano (Arq. de Singeverga, Cart. de Bostelo, gav. 15, n. 63 e 64).

Os documentos anteriores ao século XIII são muito poucos. Além de um de 1065, já citado, embora com a data de 1063 por António Caetano do Amaral<sup>32</sup>, há apenas sete actos desse período, dos quais o mais antigo é de 1164 (gav. 2, doc. 1). Um deles foi publicado nos DR I 349. Quanto ao documento transcrito pelas *Diss.* I, doc. n. 44, foi aí editado por lapso com a data E. MCCXXXIV, quando na realidade é de MCCXXXVIII (ano 1201). Eis as cotas dos documentos anteriores a 1200: 1065, Set. 6: gav. 1, doc. 37; 1164, Dez.?, 4: gav. 2, doc. 1; 1182, Abr. 5: gav. 2, doc. 2; 1183 (=DR I 349): gav. 15, n. 5; 1183, Mç.: gav. 2, doc. 3; 1191, Mç.: gav. 2, doc. 4; 1199, Fev. 25: gav. 1, doc. 67; 1199, Nov.:

<sup>31</sup> Não temos a certeza de ser este o conteúdo desta gaveta, por faltar o índice respectivo e os documentos não apresentarem, aparentemente, características comuns.

<sup>32</sup> *Memória IV para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, «Memórias de Litteratura Portuguesa», 6 (1796), pág. 181.

gav. 1, doc. 1. Finalmente há um pergaminho sem data, por dele existir apenas um fragmento, mas cuja letra mostra ser do fim do século XII ou princípio do século XIII (gav. 1, doc. 4). Além destes documentos há ainda outro sem data, mas de c. 1140-1142, publicado nas *Diss.* III-II, doc. n. 12, proveniente do cartório de Pendorada, com uma referência a Bostelo.

Tal penúria de documentos durante um século (1065-1164), faz-nos crer que se tenham perdido muitos actos desta época, em data desconhecida, mas certamente antes do século XVIII. Quanto às épocas posteriores, do século XIII em diante, o arquivo é bem nutrido, e não parece sofrer grandes falhas: os títulos seguem-se uns aos outros com uma certa continuidade, e não faltam provas dos direitos do mosteiro sobre terras e rendas.

### Cucujães

Não há notícias do mosteiro de Cucujães anteriores a 1139. Mons. Miguel de Oliveira supõe mesmo que fosse fundado pouco antes desse ano<sup>33</sup>. O seu cartório foi muito desfalcado dos documentos mais antigos, pelo menos a partir de 1582, data em que o papa Gregório XIII concedeu a união de dois terços das rendas de Cucujães ao mosteiro da Avé-Maria do Porto. Realizada uma composição em 1616, a questão reavivou-se pouco depois, e só foi sanada em 1690, data em que ficaram a pertencer à Avé-Maria oito casais, antes possuídos por Cucujães. Com a anexação de tais rendas, os documentos que lhes diziam respeito devem ter sido transferidos para o Porto, onde formaram núcleo à parte, pelo menos a partir de 1725. Não parece, todavia, pela leitura do índice de cartório da Avé-Maria, actualmente conservado, que fossem muitos os títulos antigos provenientes de Cucujães<sup>34</sup>. Entre eles estava a carta de couto. Os restantes títulos que o índice do cartório da Avé-Maria dá como copiados no livro 16 dos *Titulos primordiais*<sup>35</sup>, são todos posteriores ao século XVI. Além disso não parece terem-se conservado outros documentos de Cucujães entre os que vieram da Avé-Maria para a Torre do Tombo, além da carta de couto, que efectivamente figurava no índice de 1725<sup>36</sup>. Há portanto razão para duvidar se os documentos antigos de Cucujães se perderam no próprio

<sup>33</sup> M. de OLIVEIRA, *Outique em Espanha*, Lisboa, 1945, págs. 121-129.

<sup>34</sup> ADP, Avé-Maria, cód. 260, f. 503r-504r. Ver todavia J. P. RIBEIRO, *Observações Históricas e Críticas*, págs. 23, 30.

<sup>35</sup> ADP, Avé-Maria, cód. 163, f. 1 r-71 r.

<sup>36</sup> ADP, Avé-Maria, cód. 260, f. 504 r.

mosteiro, ou em S. Bento da Avé-Maria. O que parece certo, é que já restavam muito poucos em 1744. Nesse ano foi feito um índice do cartório, copiado em 1768<sup>37</sup>, que mostra a bem a sua extrema penúria. Neste intervalo alguns títulos tinham ido para Tibães (f. 8v). E ainda depois dele redigido desapareceram mais documentos: em 1767 o abade visitador notava a falta de doze títulos que enumera (f. 46r).

Dos documentos de Cucujães anteriores a 1200 resta, portanto, apenas a carta de couto, de 1139, publicada nos DR I 174 (cópia do século XII, procedente da Avé-Maria). Parece ter desaparecido o cartulário do século XV citado por Fr. Leão de Santo Tomás e por João Pedro Ribeiro<sup>38</sup>. Quanto aos documentos modernos do cartório, desconhecemos o paradeiro dos títulos avulsos, mas vieram parar à Torre do Tombo cinco livros de contas e um livro de visitas (Encorporação de 1912, códices de Cucujães).

#### *Paço de Sousa.*

Paço de Sousa, mosteiro fundado antes de 994 (DC 169), devia ter possuído um bom cartório. Parte dele foi desfalcado com a anexação das rendas da mesa abacial ao Colégio do Espírito Santo de Évora. João Pedro Ribeiro ainda viu documentos do século XIII e seguintes, provenientes de Paço de Sousa, no cartório dos bens confiscados aos Jesuítas, no Porto<sup>39</sup>. Ignoramos onde foram parar estes documentos. Por isso é tanto mais de lamentar a perda de um índice desta parte de arquivo, redigido no fim do século XV ou princípios do seguinte, de que fala Fr. António da Assunção Meireles<sup>40</sup>.

Quanto ao cartório dos monges beneditinos de Paço de Sousa, devia, como o de Bostelo, ter sido confiscado em 1834, e estar no Arquivo Distrital do Porto. No entanto só lá se encontram cento e seis livros e maços, todos modernos, excepto um cartulário do século XIII. Parte destes livros, incluindo o cartulário, foram confiscados a D. Maria Correia da Costa em 1870, quando estavam para ser vendidos em leilão.<sup>41</sup> Fica-se todavia sem

<sup>37</sup> TT, Encorporação de 1912, Cucujães, cód. 2.

<sup>38</sup> Fr. Leão de STO. TOMÁS, *Benedictina Lusitana*, I, Coimbra, 1644, pág. 413; J. P. RIBEIRO, *Observações Históricas e Críticas*, pág. 23.

<sup>39</sup> J. P. RIBEIRO, *Observações Históricas e Críticas*, pág. 35.

<sup>40</sup> Fr. António da Assunção MEIRELES, *Index dos Documentos do Arquivo do Mosteiro de Paço de Sousa* (ed. A. Pimenta), Lisboa, 1942, pág. 382.

<sup>41</sup> Ver a lista dos cento e sessenta e sete manuscritos apreendidos e entregues no ADP a 21 de Junho de 1870, no cód. 99 de Paço de Sousa, do mesmo Arquivo. Embora esta lista seja muito sumária, parece que uma grande parte dos livros nela descritos não pertencia

saber se os documentos do cartório foram desviados por monges ou particulares antes da secularização, ou desapareceram, já depois de confiscados, num incêndio que parece ter havido em 1842 na Repartição das Finanças do Porto. Segundo Erdmann, os documentos medievais que ali havia, foram, por volta dessa data, dados de presente, vendidos e desbaratados de diversas maneiras<sup>42</sup>. Efectivamente, nenhum dos núcleos monásticos antigos que passou pelo Porto se conserva mais ou menos intacto, exceptuando o de Pendorada. Todavia, foram encontrados recentemente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional bastantes documentos em pergaminho, na sua maioria posteriores ao século XIII, que só podiam ter vindo da Repartição de Finanças do Porto. Mas não parece que até agora se tenha encontrado algum de Paço de Sousa, segundo nos informou uma das funcionárias encarregadas de classificar tais pergaminhos. Nestas condições talvez se possa esperar encontrar ainda um dia, em mãos de particulares, algum documento avulso deste mosteiro.

Entretanto estão à disposição dos investigadores, no Arquivo Distrital do Porto sessenta e um livros de prazos com dois índices (cód. 104 e 105), oito livros do tombo, dos quais cinco volumes do Tombo da Mesa Abacial, impresso (de que há também exemplares na TT e AUC), treze livros de contas e administração, um manuscrito com a história do mosteiro, por Fr. António da Assunção Meireles (cód. 100 e 103), o índice do cartório feito pelo mesmo autor em 1799 (cód. 101 e 102), o cartulário do século XIII (cód. 79) e outros livros de menor importância. Os manuscritos de Fr. Meireles foram publicados em 1942, segundo cópias da Torre do Tombo, por Alfredo Pimenta<sup>43</sup>. Assim, embora se tenham perdido os documentos avulsos, temos grande número de títulos anteriores ao século XIII copiados no cartulário, alguns documentos avulsos mais importantes copiados por Fr. Meireles nas Provas do seu trabalho, e o sumário de todos os documentos perdidos depois de 1834 no índice do cartório (1799). Convém aqui observar que todas estas obras de Meireles nos merecem bastante confiança: paleógrafo experimentado, dotado de bastante senso crítico, muito cuidadoso nas suas cópias e em tudo quanto escrevia, podem-se geralmente tomar as suas informações como fidedignas.

própriamente ao mosteiro beneditino, mas à casa da Companhia de Jesus estabelecida junto dele desde a anexação das rendas da mesa abacial ao Colégio do Espírito Santo de Évora. Entre estes códices estavam também alguns do Colégio de S. Lourenço do Porto, igualmente da Companhia.

<sup>42</sup> C. ERDMANN, *A Secularização dos Arquivos*, pág. 50. Refere-se a um incêndio o sumário do DC 864.

<sup>43</sup> Fr. António da A. MEIRELES, *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa*, Lisboa, 1942.

Procedia também do cartório de Paço de Sousa o manuscrito com as obras de Fr. João Álvares (século xv), que foi para a Biblioteca Municipal de Porto, por doação do Conde de Azevedo (ms. 18); o Livro dos Óbitos dos monges, também na Biblioteca Municipal do Porto (ms. 173); e a *Sentença sobre a Divisão dos Bens e Rendas da Mesa Abacial e da Mesa Conventual* (1579), na Torre do Tombo (Encorporação de 1912: Comp. 2, est. 33, prat. 7).

Estão publicados os seguintes documentos anteriores a 1115: DC 46, 169, 226, 433, 441, 498, 555, 642, 643, 678, 713; DP III 58, 62, 80, 94, 108, 135, 156, 157, 179, 180, 190, 230, 242, 247, 252, 256, 257, 302, 303, 323, 332, 335, 337, 363, 371, 374, 376, 385, 393, 401, 406, 424, 430, 448, 452, 467, 475, 484, 491, 495, 496, 502, 504; de 1115 a 1200: DHP 145 (= *Diss.* I, doc. n. 35), 171, 173, 205 (= *Diss.* I, doc. n. 41), 115; DR I 108, 308; MEIRELES, *Memórias de Paço de Sousa*, docs. n. 3, 4, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 29, 36, 37, 38 (= DHP 145), 39, 40, 41, 42, 43, 44; M. J. Brito de ALMEIDA E COSTA, *Origens da Enfiteuse* (Coimbra, 1957), págs. 270-271, doc. n. 93.

Conservam-se inéditos todos os documentos do cartulário do Arquivo Distrital do Porto anteriores a 1100, excepto os copiados por Fr. Meireles, donde foram reproduzidos nos *Diplomata et Chartae* antes de o seu manuscrito ter sido publicado por A. Pimenta; e todos os documentos do mesmo cartulário posteriores a 1115, excepto os copiados por Meireles ou impressos nos DHP.

Perderam-se todos os originais anteriores a 1200, mas podemos conhecer o conteúdo sumário de todos eles através do índice do cartório elaborado por Fr. Meireles. Contámos trinta e um documentos desta época mencionados no índice. Eis uma lista deles, com indicação daqueles que subsistiram através de cópias tardias:

- 1071, Set. 28: gav. 30, n. 10B (treslado de 1467): *Index*, pág. 380; cópia em Meireles, p. 158-159, doc. n. 31=DC 498.  
 1076, Nov. 3: gav. 30, n. 2E (treslado de 1327): *Index*, pág. 378.  
 1080, Mç. 25: gav. 30, n. 10c (treslado de 1467): *Index*, pág. 380.  
 1088, Set. 29: gav. 1, n. 10: *Index*, p. 220; cópia em DC 713 (= *Diss.* III-II, doc. n. 7).  
 1114, Mç. 23: gav. 26, n. 1: *Index*, p. 361; cópia em DP III 467 (= Meireles, pág. 155, doc. n. 27).  
 1116, Set. 11: gav. 1, n. 23: *Index*, pág. 223; cópia em Meireles, pág. 166, doc. n. 38 (= *Diss.* I, doc. n. 35; DHP 145).  
 1120: gav. 30, n. 2B: *Index*, pág. 378.  
 1120, Jun. 16: gav. 22, n. 1: *Index*, pág. 343; cópia em Meireles, págs. 146-147, doc. n. 18.

- 1121, Abr. 12: gav. 1, n. 5: *Index*, pág. 219; cópia em Meireles, pág. 167, doc. n. 39.  
 1122, Nov. 22: gav. 30, n. 2D (treslado de 1327): *Index*, pág. 378.  
 1123, Nov. 27: gav. 1, n. 9A: *Index*, pág. 220; cópia em Meireles, pág. 169, doc. n. 41.  
 1129: gav. 1, n. 9B: *Index*, pág. 220.  
 1130, Abr.?, 30: gav. 27, n. 1: *Index*, p. 365; cópia em DR I 108 (= Meireles, págs. 157-158, doc. n. 30).  
 1132, Nov. 24: gav. 1, n. 9C: *Index*, pág. 220.  
 1135, Jul. 27: gav. 3, n. 50: *Index*, pág. 237 (cf. *ibid.*, p. 379).  
 1139, Jul. 2: gav. 1, n. 9D: *Index*, pág. 220.  
 1145, Jan. 30: gav. 1, n. 6: *Index*, pág. 220; cópia em Meireles, págs. 170-171, doc. n. 44.  
 1145, Dez. 10: gav. 2, n. 25: *Index*, pág. 230.  
 1146, Jun.: gav. 1, n. 9E: *Index*, pág. 220.  
 1146, Ag. 25: gav. 1, n. 4: *Index*, pág. 219; cópia em Meireles, págs. 167-168, doc. n. 40.  
 1147, Mç.: gav. 1, n. 3A: *Index*, p. 219; cópia em Meireles, pág. 165, doc. n. 37.  
 1147, Mç. 23: gav. 3, n. 51: *Index*, pág. 237.  
 1157, Mai. 19: cópia em *Diss.* I, doc. n. 41 (= DHP 205)<sup>44</sup>.  
 1166, Jan. 29: gav. 1, n. 3B: *Index*, pág. 219.  
 1168, Mai. 30: gav. 25, n. 9 (treslado de 1769): *Index*, pág. 358; cópia em Meireles, pág. 153-154, doc. n. 25.  
 1169, Nov. 7: gav. 1, n. 7: *Index*, pág. 220.  
 1170, Abr. 12: gav. 1, n. 2: *Index*, pág. 219; cópia em Meireles, pág. 115, doc. n. 4.  
 1171, Mç.: gav. 29, n. 1: *Index*, pág. 377; cópia no Tombo da Mesa Abacial, f. 29 v, publicada em DR I 308.  
 1176, Jun.: gav. 3, n. 52: *Index*, pág. 237.  
 1199, Mai.: gav. 1, n. 1: *Index*, pág. 219<sup>45</sup>.

A estes documentos podemos acrescentar um, de 1134, que procede do cartório de Pedroso, mas também interessa o mosteiro de Paço de Sousa. Foi publicado nos DHP, 171; o original está da TT, CR, Pedroso, maço III, doc. n. 6. E outro de 1179 que foi parar à TT, CR, Arouca, caixa 14, doc. 197.

Note-se, finalmente, que os documentos provenientes do cartulário nem sempre têm a data completa: depois dos números M, MC ou MCC o copista deixou, muitas vezes, um espaço não preenchido. Os documentos nestas condições têm de ser submetidos à crítica para se lhes determinar a data exacta. Além disso o escriba parece ter abreviado as listas de

<sup>44</sup> Não encontramos no *Index* nenhuma referência a este documento. É possível que a data esteja errada num lugar ou noutro.

<sup>45</sup> A edição impressa dos *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa* publica vários documentos com a data errada: o n. 5 é de MCCX' e não de MCCCX'; o n. 30 é de TCLXVIII e não de TCXVIII; e o n. 40 é de MCLXXXIIII e não de MCLIIII.

testemunhas e confirmantes, pois nunca aparecem os seus nomes seguidos do patronímico, e são quase sempre reduzidas a três. Talvez até ele tivesse uniformizado e resumido o formulário de alguns documentos que transcreve; com efeito as fórmulas de certos actos de datas bastante afastadas são tão semelhantes, que não é possível explicar de outro modo tal coincidência. Mesmo assim, este cartulário é uma das fontes mais importantes para o estudo da história beneditina durante os séculos XI e XII.

#### *Pendorada.*

Mosteiro fundado provavelmente em 1054, e possuidor de extensas propriedades, Pendorada teve a fortuna de conservar um dos mais ricos arquivos do país, até à data da extinção, em 1834. Ainda em 1791 João Pedro Ribeiro pôde consultar nele cerca de 5.000 pergaminhos, a crer nos seus cálculos<sup>46</sup>.

Tais riquezas, bem conhecidas ainda antes da secularização, pois os documentos de Pendorada foram citados por quase todos os eruditos da época, deviam ter dado entrada na Direcção de Finanças do Porto pouco depois de 1834. Não se sabe como escaparam ao desbarato que sofreram os documentos daquela Direcção de Finanças em 1842. Foi lá, provavelmente, que Herculano, em 1853 ou 1854, escolheu os documentos que lhe interessavam, anteriores a 1279, e os mandou depois recolher à Torre do Tombo, onde formaram um grupo à parte dentro da Coleção Especial, parte II. Tais documentos foram revistos em 1938-9 pelo Dr. Rui de Azevedo.

Não parece que tenha havido outras incorporações de documentos de Pendorada na Torre do Tombo entre 1856 e 1912, apesar de a lei de 1862 mandar recolher a Lisboa todos os documentos anteriores a 1600. Com efeito, nas quatro caixas de documentos de Pendorada classificados na secção Corporações Religiosas, os pergaminhos não são posteriores ao séc. XIV.

Em 1912 alguns livros de Pendorada, que estavam na Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, foram recolhidos também na Torre do Tombo, na secção «Incorporação de 1912». São um códice sem grande interesse histórico, com uma lista de abades do mosteiro; outro com um elenco das principais rendas e suas aplicações (1801-1831); e um inven-

<sup>46</sup> Carta de J. P. RIBEIRO publicada por A. BAIÃO, *A Infância da Academia* (1788-1794), Coimbra, 1934, págs. 30-31. Sobre este cartório ver também J. P. RIBEIRO, *Observações Históricas e Críticas*, págs. 14-15.

tário de alfaias, usado entre 1806 e 1822. Ficaram porém na Inspeção Geral das Bibliotecas bastantes pergaminhos dos séculos XIII a XV, que agora formam um fundo especial na Biblioteca Nacional de Lisboa<sup>46a</sup>.

Outros documentos modernos ficaram no Arquivo Distrital do Porto: cento e trinta livros de prazos, entre os quais o primeiro do século XV, vinte e dois livros de tombos, vinte e quatro volumes de carácter administrativo, três índices do cartório (cód. 133 a 135), um costumeiro de 1799 (cód. 166), um livro de actas dos conselhos de 1798 (cód. 168), algumas pastas de documentos avulsos (cód. 174 a 176, 182, 183) e dois índices remissivos de sentenças, contratos e outros títulos (cód. 177, 178).

Dentre estes manuscritos de Arquivo Distrital do Porto, é de salientar o índice do cartório redigido no fim do século XVIII por Fr. Luís dos Serafins e completado ou corrigido no princípio do século seguinte por Fr. Bento de Santa Gertrudes. Este segundo autor trabalhou em vários cartórios da Congregação Beneditina, e tinha uma grande prática de leitura paleográfica<sup>47</sup>. Tendo vivido bastantes anos em Pendorada e estudado com cuidado o seu cartório, podemos estar mais ou menos seguros da exactidão dos seus sumários. Deste modo, e com os extractos ou cópias completas de João Pedro Ribeiro, publicados ou inéditos<sup>48</sup>, pode-se reconstituir, até certo ponto, o cartório de Pendorada, mesmo para os actos perdidos dos séculos XIV a XVI.

Quanto ao estado de conservação dos documentos do cartório de Pendorada anteriores a 1200, já tratámos do assunto noutra lugar, e nada temos a acrescentar ao que então dissémos a este respeito<sup>49</sup>.

<sup>46a</sup> Informação dada pela Dr. Carlota Pereira, a quem apresentamos aqui os nossos agradecimentos.

<sup>47</sup> Aos dados sobre a obra de Fr. Bento de Santa Gertrudes que apontámos em *Lusitania Sacra*, I (1956), págs. 267-268, podem-se acrescentar os seguintes manuscritos do mesmo autor: um códice de apontamentos vários na posse do Dr. Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, de que ele publicou algumas páginas em *O Convento de Nossa Senhora da Conceição de Matosinhos*, «Boletim da Biblioteca Pública de Matosinhos», n. 3 (1956), págs. 55-65; dois índices de prazos da mesa abacial de Paço de Sousa, indicados ibid., pelo mesmo autor, no ADP, Paço de Sousa, ADP, cód. 104, 105; um índice dos livros de prazos mais antigos do mosteiro de Refojos de Basto, entre os códices deste mosteiro no Arq. Distr. de Braga; um índice do cartório de Travanca redigido em 1827 (ADP, Travanca, cód. 110); o índice do cartório de Vairão completado em 1820 (ADP, Vairão, cód. 77). Fr. Bento reorganizou também, provavelmente, o cartório de Arnoia (ver o que resta deste mosteiro no Arq. Distr. de Braga).

<sup>48</sup> A. CRUZ, *Breve Estudo sobre os Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, págs. 35, 45-92. Ver também as cópias e extractos feitos para a Academia das Ciências, na Biblioteca da mesma Academia, ms. 584 (azul), f. 389-403; ms. 263 e 264 (azuis), passim.

<sup>49</sup> J. MATOSO, *L'Abbaye de Pendorada des origines à 1160*, Coimbra, 1962, págs. XI-XII, 188-189.

*Santo Tirso.*

O cartório de Santo Tirso era também muito rico, embora tivesse muito menos documentos originais anteriores ao século XII do que Pendorada. Dada a antiguidade do sua fundação —século X<sup>30</sup>—, este facto só se pode explicar por desfalques anteriores ao século XVI, a que há vagas referências<sup>31</sup>; tanto mais que os índices dos séculos XVII e XVIII mostram que foi cuidadosamente conservado e arrumado durante esta época. Estes índices mostram, além disso, que o número de pergaminhos conservados até ao princípio do século XIX era muito apreciável. Mas estes desapareceram também, em grande parte, no já citado desbarato que sofreram os documentos monásticos recolhidos na Direcção de Finanças do Porto em 1842, ou mesmo ainda antes da confiscação. Nenhum deu entrada na Torre do Tombo em 1856, depois do exame dos cartórios conventuais confiscados por Alexandre Herculano.

Todavia nem tudo está perdido. Recentemente foram encontradas algumas dezenas de pergaminhos de Santo Tirso no núcleo não identificado da Torre do Tombo, a que nos referimos ao falar de Paço de Sousa. Trata-se, provavelmente, de documentos que escaparam ao desbarato de 1842 e foram transferidos do Porto para o Arquivo Nacional entre 1862 e 1912, em virtude da lei de centralização dos actos anteriores a 1600. Outro grupo bastante considerável de pergaminhos dos séculos XIII a XV foi para a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos e não chegou a ser recolhido na Torre do Tombo: ficou e encontra-se ainda na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde está a ser organizado pela Dr.<sup>a</sup> Carlota Pereira.

Dos livros e documentos de Santo Tirso que ficaram no Porto, conserva-se um fundo bastante apreciável no Arquivo Distrital: cento e cinquenta e nove livros de prazos, vinte e quatro livros de vedorias, vinte e sete de sentenças, cinquenta e três de contas e da administração, seis do tombo, um códice com treslados de documentos (cód. 268), quatro índices diferentes do cartório feitos em datas sucessivas (cód. 229, 270, 271, 272) e outros volumes de menos interesse: ao todo duzentos e oitenta códices e maços.

Mas os documentos de Santo Tirso sofreram uma dispersão muito grande: em 1866 vendiam-se manuscritos da sua livraria e da de Tibães,

<sup>30</sup> A. FEIO, *Origens do Mosteiro de Santo Tirso*, «O Concelho de Santo Tirso», 5 (1956), págs. 9-19.

<sup>31</sup> A. CRUZ, *Breve Estudo*, págs. 142-144; ver também J. P. RIBEIRO, *Observações Históricas e Críticas*, págs. 19-21.

que foram comprados por Camilo Castelo Branco. Embora não se tratassem de peças do arquivo, pode-se fazer uma ideia do desbarato que tinha levado a maior parte do que o mosteiro possuía, através de uma carta em que o romancista descreve a sua compra a Inocêncio Francisco da Silva<sup>32</sup>.

Dos pergaminhos medievais salvaram-se vinte e dois, além dos que foram parar à Torre do Tombo e à Biblioteca Nacional, os quais estavam em 1946 na posse do Visconde do Marco, Dr. Duarte Gustavo Nogueira Soares Cardoso, que nesse ano os doou à Sociedade Martins Sarmento de Guimarães, onde ainda hoje se encontram. Trata-se de actos dos séculos XIII a XVII: prazos (na sua maioria) e uma bula<sup>33</sup>.

Alguns livros de carácter administrativo vieram a pertencer à Biblioteca Municipal do Porto. Aí se guarda um livro de matrículas de concessão de ordens menores e das resoluções dos capítulos (ms. 1), as actas dos conselhos entre 1724 e 1785 (ms. 121), um livro das eleições do couto desde 1591 (ms. 424) e dois livros de contas (ms. 883, 1257).

Apesar das irreparáveis perdas a que nos referimos, pode-se ainda reconstituir parcialmente o conteúdo do cartório, sobretudo com o auxílio do índice de 1774 (ADP, Santo Tirso, cód. 272) e com as cópias e extractos de João Pedro Ribeiro. Não se sabe quem redigiu este índice. Mas vê-se que o seu autor examinou o arquivo com grande cuidado e durante muitos anos, embora hesitasse quanto à interpretação das datas dos documentos, por nem sempre ser capaz de distinguir o X aspado<sup>34</sup>. Mas dá sumários bastante completos e por vezes até pequenos extractos. Podem-se completar e verificar muitas das datas que ele atribuiu aos documentos, através dos apontamentos de João Pedro Ribeiro, que foram comodamente reunidos em ordem cronológica pelo Dr. António Cruz<sup>35</sup>. Há também cópias integrais de bastantes documentos dos séculos XI a XVIII noutro códice do Arquivo Distrital do Porto, o *Livro dos Treslados* (cód. 268), embora estas transcrições não nos mereçam uma confiança ilimitada.

Dado que o índice de 1774 está inédito, cremos que merece a pena apresentar aqui uma lista, por ordem cronológica, dos documentos ante-

<sup>32</sup> A. CABRAL, *Camilo de Perfil*, Lisboa, 1922<sup>2</sup>, págs. 127-132.

<sup>33</sup> Cf. «Revista de Guimarães», 61 (1951), pág. 244-246. Mas é preciso notar que os sumários dos documentos dados neste lugar citam os anos como se fossem todos da era cristã, quando os primeiros deles estão datados pela era de Espanha. Agradecemos ao Sr. Carlos Manuel Faya Santarém, que nos chamou a atenção para este pequeno núcleo de pergaminhos.

<sup>34</sup> O autor mostra saber que o X' vale 40 nas f. 205 r e 216 v; mas noutros lugares enganou-se na sua interpretação, confundindo-o com o X normal. Cf. infra, nota 58.

<sup>35</sup> A. CRUZ, *Breve Estudo*, págs. 149-238.

riores a 1200 que o mosteiro possuía, com referências aos extractos publicados por A. Cruz e a outros lugares onde se editaram documentos de Santo Tirso.

- 1092, Mç. 9: *Index*, f. 176 v; A. CRUZ, pág. 149.  
 1097, Nov. 23: DC 864=DR I 4 (com uma falsificação).  
 1098, Mç. 23: DC 871.  
 1102, Fev. 18: *Index*, f. 176 r (o índice de 1772, f. 134 r, tem a data 1110); A. CRUZ, pág. 159.  
 1103, Jun. 28: *Index*, f. 176 r/v; A. CRUZ, pág. 159.  
 1106, Jul. 16: *Index*, f. 177 r.  
 1122, Jun. 28: *Index*, f. 204 v.  
 1122, Set. 24: *Index*, f. 213 r; A. CRUZ, pág. 159.  
 1122, Out. 10: *Index*, f. 204 v; A. CRUZ, págs. 159-160.  
 1138, Mai. 19: *Index*, f. 3 v; A. CRUZ, pág. 160.  
 1138, Ag.: *Index* f. 213 v-214 r.  
 1142, Mai. 10: *Index*, f. 214 r; A. CRUZ, pág. 160.  
 1144, Dez. 1: *Index*, f. 215 r/v; A. CRUZ, pág. 160.  
 1148, Mai. 28: *Index*, f. 216 r; A. CRUZ, pág. 160.  
 1148, Mai. 28: *Index*, f. 216 r.  
 1151, Mç. 1: A. CRUZ, p. 161<sup>86</sup>.  
 1163, Abr. 5: *Index*, f. 177 r/v; A. CRUZ, pág. 162.  
 1171, Mç.: *Index*, f. 177 v.  
 1173: *Index*, f. 214 v; A. CRUZ, pág. 162.  
 1174, Jul. 28: *Index*, f. 214 v-215 r; A. CRUZ, pág. 162.  
 1175: *Index*, f. 215 r/v.  
 1176: *Index*, f. 12 r/v; *Memória V*, pág. 69, *Benedictina Lusitana*, II, 30.  
 1178: *Index*, f. 12 v.  
 1179, Jan.: *Index*, f. 205 r.  
 1183, Dez.: DR I 354.  
 1184: *Index*, f. 13 r; A. CRUZ, pág. 164.  
 1184, Mai.: *Index*, f. 189 r<sup>87</sup>.  
 1199, Dez. 1: *Index*, f. 13 v, 206 r/v; *Diss.* III-I, doc. n. 654.  
 1200, Ag.: *Index*, f. 216 r; A. CRUZ, pág. 165<sup>88</sup>.

Desta lista deduz-se que há apenas quatro documentos perdidos de que se conservam cópias integrais.

Não conhecemos nenhum documento inédito anterior a 1200. Quanto aos documentos publicados, não podemos citar senão os acima mencionados, de que se conservaram cópias integrais: DR I 4, 354; DC 871

<sup>86</sup> Não encontramos no *Index* referência alguma a este documento. Teria havido engano de J. P. Ribeiro ou do autor do *Index*?

<sup>87</sup> O índice de 1772 data este documento de E. 1212 (ano 1174).

<sup>88</sup> Além destes documentos o *Index* menciona outros que atribui ao séc. XII, por ter errado as datas: 1207, Abr. 11 (de E. 1215 segundo o índice de 1172, f. 5 r): cf. A. Cruz, pág. 166; 1211, Jul. datado de E. 1219 pelo *Index*, f. 213 e publicado com data certa nas *Diss.* I, doc. 47; 1227, Set., datado de E. 1165 pelo *Index*, f. 213 v: cf. A. Cruz, pág. 171.

e A. Cruz, p. 161. Dispomos, todavia de mais cinco títulos que interessam directamente a Santo Tirso, embora provenham de outros cartórios:

- 1060, Ag. 8: DC 425=Diss. I, doc. n. 21, do cartório de Pedroso.  
 1092, Jun. 9: A. C. DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, III, 527= =A. CRUZ, pág. 136-139<sup>89</sup>.  
 1101, Out. 8: A. J. da COSTA, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, II, 418-420, doc. n. 48, proveniente do Arquivo da Mitra de Braga<sup>90</sup>.  
 1114, Set. 29: DP III 488, do cartório de Pedroso.  
 1115: ERDMANN, *O Papado e Portugal* (Coimbra 1935), págs. 81-82, do Arquivo da Mitra de Braga.

Os documentos de Santo Tirso não põem em geral problemas de crítica de autenticidade. Exceptuam-se a carta de couto falsificada (conservada ao lado da autêntica), sobre a qual nada se pode acrescentar às notas redigidas pelo Dr. Rui de Azevedo ao DR I 4; e o documento de 1092 publicado por D. António Caetano de Sousa, tido por autêntico por A. Cruz e como falso por A. Feio<sup>91</sup>, cujo problema é necessário rever.

### III. MOSTEIROS FEMININOS

#### *Ave-Maria.*

Para obviar à decadência dos mosteiros femininos, o rei D. Manuel esforçou-se por transferir as comunidades que habitavam em lugares despovoados ou em pequenas aldeias, para as cidades, onde poderiam ter uma assistência espiritual maior e uma vigilância mais estrita da autoridade eclesiástica. Nestas transferências algumas comunidades foram reunidas numa só. Foi o que sucedeu com o mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, no Porto, fundado em 1518, e habitado desde 1535 por monjas de Rio Tinto, Tuíás, Vila Cova de Sandim e Tarouquela<sup>92</sup>. Devemos, portanto, procurar os documentos destes mosteiros no cartório da Avé-Maria. Neste mosteiro havia também alguns títulos de Cucujães, como já dissémos a respeito do seu cartório.

Os documentos da Avé-Maria, como os dos outros mosteiros femininos, não foram confiscados em 1834. Em princípio só o deviam ser de-

<sup>89</sup> Falso, segundo A. FEIO, *Origens do Mosteiro de Santo Tirso*, art. cit., pág. 16.

<sup>90</sup> Publicado pela primeira vez por A. FEIO, art. cit.

<sup>91</sup> A. CRUZ, *Breve Estudo*, pág. 139; ver supra nota 59.

<sup>92</sup> Fr. Leão de S. TOMÁS, *Benedictina Lusitana*, II, Coimbra, 1651, pág. 393.

pois de morrer a última religiosa. Mas os títulos de interesse histórico anteriores a 1279, recolheu-os Alexandre Herculano na sua viagem de 1853-4, e foram remetidos para o Arquivo Nacional em 1856, onde se guardaram na Coleção Especial, Parte II. Em 1938-9 o Dr. Rui de Azevedo, procedendo à sua reorganização, separou os pergaminhos anteriores a 1300 conforme os mosteiros a que tinham pertencido antes de 1535. Mas o seu trabalho ficou incompleto: num maço de sete pergaminhos classificados como pertencentes à Avé-Maria (Col. Esp., Supl., caixa 70), há dois de Cucujães (cópias do mesmo acto), um de Vila Cova de Sandim, um de Vila Boa de Quires, um de Pendorada e dois de proveniência desconhecida. No mesmo fundo, caixa 82, há quatro maços de documentos de procedências não identificadas, mas que se vê terem pertencido na sua maioria a mosteiros do centro e do sul do país, ou a S. Bento da Avé-Maria.

Depois destes documentos incorporados em 1856, vieram para a Torre do Tombo em 1892 mais vinte e dois códices e trinta e um maços, que se guardam hoje no Comp. 21, est. 6, prat. 3 a 7. Noutra lugar, incorporado em data desconhecida, existe ainda um pequeno maço de documentos, entre os quais se encontra um de Tarouquela, de 1453, e outros da Avé-Maria, de 1536, 1808 e anos seguintes (comp. 25, est. 79, prat. 2).

Outros livros de carácter arquivístico estão hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa: livros de contas e da administração: F. G., mss. 8364 a 8368, 8394, 8406 a 8455, 8747; Livro da Fundação (1669-1743): F. G. ms. 8395; Miscelânea: F. G. ms. 8414. Citemos ainda, embora não de carácter arquivístico, um bom número de livros litúrgicos existentes também na Biblioteca Nacional: F. G. mss. 8248, 8268, 8285, 8286, 8337, 8338, 8369 a 8372.

Finalmente, não poucos livros e documentos ficaram no Arquivo Distrital do Porto: cento e trinta livros de prazos (1522 e ss.), vinte e um livros de vedorias, vinte e dois volumes e maços de documentos diversos (séc. XVI a XIX), seis livros de sentenças, trinta e quatro volumes dos tombos, cinquenta e três livros de contas e da administração, quatro manuscritos sobre matérias várias, o Livro da Fundação (cód 198), dois índices do cartório (um do século XVII e outro de 1725).

O Arquivo de S. Bento da Avé-Maria encontra-se, pois, conservado na sua totalidade, ou pouco menos, embora disperso. Pelo que diz respeito aos documentos medievais, é difícil saber até que ponto eles foram conservados, porque o índice do cartório, embora não o diga expressamente,

só faz menção dos títulos que interessavam à administração das propriedades e rendas. É provavelmente por essa razão que se não encontra nele referência alguma aos documentos dirigidos a particulares, que foram depois incorporados na Torre do Tombo, e que procedem indubitavelmente daquele mosteiro. Foram talvez estes títulos, considerados pelas monjas sem interesse prático, os que João Pedro Ribeiro encontrou muito estragados e sem ordem alguma quando aí os viu em 1791<sup>63</sup>. Dos restantes, isto é, daqueles que vêm mencionados no índice, desapareceram muito poucos, pelo menos anteriores a 1200.

Se procurarmos verificar em que estado se encontravam, dentro do cartório da Avé-Maria, os documentos de cada um dos mosteiros nele integrados em 1535, temos de reconhecer que apenas se encontram documentos anteriores a 1200 de Rio Tinto e de Tarouquela, com excepção de um de Vila Cova de Sandim. De Tuíás nem um único. Deste último mosteiro, diz uma tradição referida por João Pedro Ribeiro, que as monjas queimaram os seus títulos antes de serem transferidas para o Porto, em sinal de protesto contra a violência que lhes faziam em as mudarem de casa<sup>64</sup>. Com efeito o índice de 1725 só cita documentos de Tuíás posteriores a 1457<sup>65</sup> e J. P. Ribeiro diz só ter encontrado um prazo referente a tal mosteiro<sup>66</sup>. Conhecem-se, todavia, três documentos de Tuíás, procedentes de Arouca, por sinal de grande interesse, dos quais um foi publicado por ERDMANN, *Papsturkunden*, n. 69: TT, CR, Arouca, caixa 14, doc. 184, de 1165; doc. 193 de 1176; doc. 218 de 1199<sup>66a</sup>.

Nada diz Ribeiro a respeito do cartório de Sandim, mas também parece terem-se conservado poucos documentos anteriores ao século XIII, apesar de o mosteiro ser, pelo menos, anterior a 1081 (DC 599). Com efeito encontrámos na Torre do Tombo apenas um documento de Vila Cova de Sandim, de 1154 (Col. Esp. Supl., caixa 70, Avé-Maria, doc. n. 3). Ver também o DR I 49, proveniente de Pedroso.

Convém ainda mencionar desasseis volumes de transcrições de títulos dos séculos XII a XVIII<sup>67</sup>, que se devem comparar com os documentos conservados. É possível que entre eles se encontre a cópia de algum documento perdido. Da verificação feita para escrituras anteriores a 1200, nada

<sup>63</sup> J. P. RIBEIRO, *Observações Históricas e Críticas*, pág. 30; cf. A. BAIÃO, *A Infância da Academia*, págs. 42-43.

<sup>64</sup> *Observações Históricas e Críticas*, pág. 30.

<sup>65</sup> ADP, Avé-Maria, cód. 260 f. 325 r.

<sup>66</sup> *Observações Históricas e Críticas*, pág. 30.

<sup>66a</sup> Estes documentos vieram para Arouca porque o mosteiro de Tuíás foi legado por D. Sancho I a sua filha Sta. Mafalda, que morreu em Arouca.

<sup>67</sup> ADP, Avé-Maria, cód. 148 a 163.

se encontrou cujo original estivesse perdido. Mas é muito possível que se encontrem para épocas posteriores. Estas transcrições são autenticadas por notário público e datam na sua maioria de 1774. Com os documentos tresladados encadernaram-se alguns títulos originais.

Vejam, finalmente, o estado em que se encontra a documentação de Rio Tinto anterior a 1200. Publicaram-se até agora os seguintes documentos: DC 469, 470, 471, 509, 703, 704, 951, 882; DP III 19, 20, 122, 214, 338, 358, 431, 470, 478, 505; DR I 177; DHP 112. Conservam-se inéditos: dois documentos na TT, CR, Rio Tinto, um sem data mas pouco posterior a 1064 (maço II, doc. 30) e outro de 1100 (maço I, doc. 8); e todos os documentos não reais posteriores a 1115, que se encontram igualmente no mesmo fundo da Torre do Tombo.

Como o *Index* de 1725 não menciona todas as escrituras do cartório, não se pode calcular o número de documentos perdidos; todavia, encontramos nele a menção de um documento de 1150, que julgamos ter desaparecido, se o sumário dá a data exacta (f. 58r).

Procedem de outros cartórios três documentos referentes a Rio Tinto: dois contidos no Censual da Sé do Porto, um de 1119 (págs. 156-157), outro de 1140 págs. 44-45); e o terceiro de 1078, publicado nos DC 558 e proveniente do cartório do colégio da Graça.

#### Vairão.

O mosteiro de Vairão, de que já há notícias em 974 (DC 112), foi dos poucos mosteiros femininos cuja comunidade não transitou para um meio urbano; permaneceu sempre no lugar onde tinha sido fundado. O seu cartório sofreu vicissitudes semelhantes às do da Avé-Maria a partir de 1853<sup>68</sup>. Nesse ano ou no seguinte Herculano recolheu os documentos anteriores a 1279 que lhe interessavam e mandou-os para a Torre do Tombo em 1856. Foram integrados na Colecção Especial, parte II, remodelada pelo Dr. Rui de Azevedo em 1938-9.

Os outros documentos antigos de Vairão vieram-se-lhes juntar na Torre do Tombo depois de 1862 ou da data da morte da última monja. Esta segunda remessa, conservada na secção Corporações Religiosas (onde se lhe reuniram em 1938-9 os documentos antes arrumados na Colecção Especial), foram dos poucos que conservaram, na sua maioria, a ordem que tinham no próprio mosteiro, exceptuando os anteriores a 1200, que foram

<sup>68</sup> Sobre o estado deste cartório no fim do séc. XVIII ver duas cartas de J. P. Ribeiro publicadas por A. BAIÃO, *A Infância da Academia*, págs. 27-29; e *Observações Históricas e Críticas*, págs. 27-30.

separados e ordenados por ordem cronológica (maços I e II). A estes seguem-se os maços com a numeração antiga (maços 1 a 9) e mais dois maços com os números 1 e 2, numerados por J. P. Ribeiro. Há portanto três maços com o número 1 e outros três com o número 2. Seria muito necessário dar-lhes uma ordenação mais prática, que evitasse as confusões, quando se quer citar algum destes documentos. Note-se ainda que no maço 7 estão pergaminhos de duas proveniências: uns referentes à freguesia de Labruge, outros numerados por J. P. Ribeiro sob o título «Pergaminhos Antigos». Finalmente, parece terem desaparecido os antigos maços 10 a 15 e os títulos relativos às igrejas dependentes do mosteiro. Pode-se verificar o conteúdo destes maços através do índice de 1820, que citaremos mais adiante.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa não encontramos nenhum livro procedente de Vairão, na nossa pesquisa através do ficheiro manuscrito. Existem, porém, noventa códices no Arquivo Distrital do Porto: cinquenta e dois livros de prazos, três de sentenças e vedorias, doze dos tombos, onze de contas, onze de documentos transcritos em volume ou avulsos (séculos XVI a XIX) e um índice do cartório (cód. 77).

Este índice permite apenas uma reconstrução parcial do arquivo. Embora tenhamos garantias da sua exactidão histórica, pois foi redigido em parte no século XVIII, mas verificado e completado por Fr. Bento de Santa Gertrudes em 1820, o índice não sumaria os documentos arrumados sob a designação «Pergaminhos Antigos», a que nos referimos acima, e nos quais estavam incluídas vendas e transações entre particulares, e várias escrituras que se referiam expressamente ao mosteiro mas não tinham interesse para provar direitos. Fr. Bento apenas diz como estavam arrumados, depois de terem sido vistos e parcialmente numerados por J. P. Ribeiro. Nestas condições embora se possa saber quantos documentos se perderam (pois fr. Bento diz quantos havia nestes maços), não se pode conhecer o seu conteúdo nem a época.

Estão publicados os seguintes documentos anteriores a 1200: DC 24, 80, 112, 163, 249, 440, 578, 769, 862, 950; DP III 235, 269, 359, 368, 417, 459, 463; DHP 161 (data errada: de 1156 e não de 1126), 172, 185, 205<sup>69</sup>; DR I 90, 185, 198; *Diss.* I, doc. n. 43, 60, 61; T. DE SOUSA SOARES, *Alguns documentos particulares dos séculos XI-XIII* (Coimbra, 1942), doc. n. 15, 31; M. J. Brito de ALMEIDA E COSTA, *Origens da Enfiteuse* (Coimbra, 1957), pág. 262, doc. n. 79.

<sup>69</sup> Os três últimos documentos impressos nos DHP foram também publicados segundo os originais da TT, por P. de AZEVEDO, no «Arquivo Histórico de Portugal», 8 (1910), págs. 444-446; e depois de novo, dois deles, por T. de SOUSA SOARES, *Alguns Diplomas Particulares*, n. 19 e 30.

Conservam-se inéditos todos os documentos da Torre do Tombo posteriores a 1115, (CR, Vairão, maço I, doc. 17 e seguintes), com excepção dos editados nos DHP, DR, *Diss.* e por T. DE SOUSA SOARES e M. J. Brito de ALMEIDA E COSTA.

Temos, a partir do *Index* de 1820, referências a três escrituras perdidas: 1139: maço 4, doc. 15: *Index*, f. 42 v; 1146: maço 14, doc. 21: *Index*, f. 73 v; 1153: maço 10, doc. 11: *Index*, f. 59 r.

Podemos citar, finalmente, uma escritura que diz respeito a Vairão, mas procede de outro cartório: o DC 112, transcrito do *Livro Preto* da Sé de Coimbra.

FR. JOSÉ MATTOSO

*Bolseiro do Instituto de Alta Cultura*

*Mosteiro de Singeverga*

*Dezembro de 1963*

## FERNANDO II DE LEÓN Y LA ORDEN DE SANTIAGO (1170-1181)

Son numerosos los historiadores que, directa o indirectamente, han estudiado los orígenes de la Orden militar de Santiago, y la mayor parte de ellos dan por sentado que Fernando II la expulsó del reino de León y anuló las donaciones hechas por él o sus vasallos a la Orden; como consecuencia de esta expulsión los caballeros de Santiago se habrían visto obligados a buscar asilo en Castilla y a establecer la casa maestral en Uclés.

El origen de esta teoría hay que buscarlo en el «Libro que compuso Pero López de Baeza, comendador de Mohernando &c. Fundación del Orden de Santiago»; según esta crónica los santiaguistas «ovieron contención con el rey de León e fué atal porque los echó del reyno a todos los freyles legos e el prior e canónigos por razón desta yntinción que ovo con ellos e tomóles quanto avían e sus ornamentos de su iglesia e don Andrés que era entonces prior de Sant Loyo e el maestre don Pero Fernández que fué primeramente maestre con sus freyles vinieron a Castilla al rey don Alfonso que era rey en ese tiempo e demostráronle su fazienda e el rey don Alfonso de Castilla recibiólos muy bien e heredó muy bien la horden: entre las otras cosas e los otros lugares que les dió, dióles Uclés portal pleyto que fiziesen y cabeça de la orden»<sup>1</sup>.

Desde el momento en que Rades descubrió esta crónica en el archivo de Uclés<sup>2</sup>, todos los cronistas e historiadores de la Orden han admitido que ésta fue expulsada de León, y han intentado descubrir y aclarar qué

<sup>1</sup> AHN., Códice 1321; esta crónica fue publicada en *Regla de la Orden de la Caballería de Santiago*, Madrid, 1791, y ha sido estudiada recientemente por Derek W. LOMAX, *The Order of Santiago and the kings of León*, «Hispania», XVIII (1958), págs. 3-37.

Del párrafo transcrito (LOMAX, *ob. cit.*, pág. 7) se deduce claramente que el autor de la expulsión fue Fernando II de León, pues aunque no se menciona su nombre, se alude a Pedro Fernández, primer maestre de la Orden, desde 1170 a 1184, es decir, en el Reinado de Fernando II de León (1157-1188).

<sup>2</sup> FRANCISCO RADES Y ANDRADA, *Crónica de las tres Ordenes Militares de Santiago, Calatrava y Alcántara*, Toledo, 1572.